



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro

BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3175 - 0677 – compraselicitacaocmb@gmail.com



AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2026

A Câmara Municipal de Bambuí/MG torna público, para conhecimento dos interessados, **que do dia 23 de abril de 2026 até às 23h59 do dia 27 de abril de 2026**, através do e-mail compraselicitacaocmb@gmail.com, serão aceitas propostas para a Dispensa de Licitação, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme disposto no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Aviso de Dispensa de Licitação tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento de copos descartáveis de água mineral para a Câmara Municipal de Bambuí-MG, conforme especificações constantes no ANEXO I – Termo de Referência deste Aviso de Dispensa de Licitação.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar da presente dispensa os interessados que atenderem a todas as especificações do objeto, conforme Termo de Referência e aos documentos previstos neste Aviso de Dispensa.

2.1.1. O compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, deverá ser anexado ao sistema juntamente da proposta, contendo pelo menos, os seguintes elementos:

- a) designação do consórcio e sua composição;
- b) finalidade do consórcio;
- c) prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas, inclusive a proporção econômica e financeira da respectiva participação de cada consorciado em relação ao objeto licitado;
- f) previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) indicação da empresa responsável pelo consórcio e seu respectivo representante legal, que terá poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar o contrato e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado;
- h) compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Município até o cumprimento do objeto da contratação, mediante a emissão do termo de recebimento definitivo, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste item.

2.1.2. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar da licitação quando:



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro

BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3175 - 0677 – compraslicitacaocmb@gmail.com



2.1.2.1. A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei de nº 5764/71, a Lei de nº 12.690/12, e a Lei Complementar de nº 130/09.

2.1.2.2. Apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados.

2.1.2.3. Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas.

2.1.2.4. O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei de nº 12.690/12, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os interessados que:

2.2.1. Se encontrarem em processo de falência, de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação.

2.2.2. Estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública.

2.2.3. Sejam estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente.

2.2.4. Seja autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

2.2.4.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.2.4.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

2.2.5. Mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.2.5.1. A vedação se estende para eventuais empresas subcontratadas.

2.2.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Aviso de Dispensa, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

2.3. Em razão do valor, as empresas participantes deverão ser ME, MEI ou EPP, conforme determina o inciso I do art. 48 da LC 123/06.



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro

BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3175 - 0677 – compraslicitacaocmb@gmail.com



3. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

3.1. A empresa interessada em participar desta dispensa deverá encaminhar a proposta de preços, conforme modelo do **ANEXO III – DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE PROPOSTA – PROPOSTA DE PREÇOS**, exclusivamente por meio do e-mail compraslicitacaocmb@gmail.com, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste documento

3.2. A proposta de preços deverá conter a descrição do objeto, a marca do produto, quando for o caso, o valor unitário e total, prazo de entrega de até 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da requisição.

3.3. A proposta deverá ser apresentada em língua portuguesa, contendo o número deste Aviso, devendo preferencialmente, conter razão social, CNPJ, endereço, número de telefone da empresa licitante e dados bancários.

3.4. Na proposta de preços deverá conter declaração de que o preço proposto, constitui a única e completa remuneração, e compreende a integralidade do lucro e todos os custos, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, bem como quaisquer outras obrigações inerentes ao fornecimento do objeto, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a qualquer título.

3.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o *Termo de Referência*, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

4.1 Ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Agente da Contratação verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

4.2 No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

4.2.1 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

4.2.2 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

4.2.3 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa.

4.3 Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares.

4.4 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro

BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3175 - 0677 – compraslicitacaocmb@gmail.com



4.5 A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis.

4.6. Será declarado vencedor a LICITANTE que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste Aviso, com o preço de mercado e que **OFERTAR O MENOR PREÇO POR ITEM.**

4.6.1. Será desclassificada:

a) a proposta que não atender às exigências deste aviso de dispensa ou seus Anexos, desde que insanável;

b) a proposta que apresentar preço excessivo ou manifestamente inexequível;

c) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

4.7 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

4.8 Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação da proposta, a qual poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo de 1 (um) dia útil, desde que não haja majoração do preço.

4.8.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

4.9 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

4.10 Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

4.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

5. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

5.1. O fornecedor terá o prazo de 01 (um) dia útil para apresentação do recurso.

5.2. A petição devidamente fundamentada deverá ser encaminhada através do endereço eletrônico compraslicitacaocmb@gmail.com, no prazo estabelecido no item 5.1.

5.3. O acolhimento do recurso importará a invalidação, apenas, dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

5.4. A decisão proferida em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento, mediante publicação no endereço eletrônico www.camarabambui.mg.gov.br

5.5. Não serão conhecidas as contrarrazões a recursos intempestivamente apresentadas.

6. DO CONTRATO

6.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro

BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3175 - 0677 – compraslicitacaocmb@gmail.com



6.2. O prazo para assinatura do contrato ou aceitação do instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta/Autorização) será de 1 (um) dia útil, contado a partir da data de sua convocação, e poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

6.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 1 (um) dia útil, a contar da data de seu recebimento.

6.4 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

6.4.1 a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

6.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

6.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

6.5 O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do Contrato, podendo ser rescindido ou prorrogado a critério das partes, em conformidade com os termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

7. DO RECEBIMENTO

7.1. Os produtos constantes no objeto deste Aviso de Dispensa serão entregues na sede da Câmara Municipal de Bambuí/MG, situado na Av. João Paulinelli de Carvalho, 370 – Açudes, Bambuí/MG

7.2. Concluído o fornecimento dos produtos que são objeto deste Aviso de Dispensa, o recebimento do mesmo dar-se-á:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação da conformidade dos itens com as exigências contratuais;

b) definitivamente, por servidor especialmente designada pela Portaria nº 024/2025-CMB, mediante Termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

7.3. A nota fiscal, sem qualquer rasura, deve ser emitida pelo fornecedor, em nome da Câmara Municipal de Bambuí/MG e deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

8. SANÇÕES

8.1 Incorre em infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

I - dar causa à inexecução parcial do Contrato;



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro

BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3175 - 0677 – compraslicitacaocmb@gmail.com



- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida neste Processo de Dispensa;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- X - considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta Dispensa;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- XIII - propor recursos manifestamente protelatórios desta Dispensa;
- XIV - deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- XV - deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;
- XVI - permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- XVII - deixar de devolver eventuais valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
- XVIII - utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
- XIX - tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- XX - deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- XXI - entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidades contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- XXII - ofender agentes públicos no exercício de suas funções;
- XXIII - induzir a Administração em erro;
- XXIV - apresentar proposta inexequível com finalidade de tumultuar o procedimento;
- XXV - deixar de demonstrar exequibilidade da proposta quando exigida pela administração;
- XXVI - subcontratar serviço em contrato em que não há essa possibilidade;
- XXVII - deixar de aceitar as supressões e acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) em relação



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro

BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3175 - 0677 – compraslicitacaocmb@gmail.com



aos contratos.

8.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) de advertência que consiste em comunicação formal ao infrator do descumprimento de uma obrigação do edital, da Ata de Registros de Preços ou da inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) de multa, o infrator que, injustificadamente, descumprir a legislação, cláusulas do edital ou cláusulas contratuais, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor de referência do certame ou do contrato nos termos estabelecidos nos respectivos instrumentos, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:

I - multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 10% (dez por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

II - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação do certame ou do valor da contratação direta em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

III - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 8.1, subitens I, IV, V, XIII, XIV e XV, deste Aviso;

IV - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 8.1, subitens XVI, XVII, XVIII, XX, XXI, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXXI, XXXIII, XXXVIII e XXXIX deste Aviso;

V - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 8.1, subitens II, III, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XXIX, XXX, XXXIV e XXXV deste Aviso;

VI - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 8.1, subitens XIX, XXII, XVIII, XXXII, XXXVI, XXXVII e XL, deste Aviso;

VII - multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à administração, superiores aos contratados.

c) de impedimento de licitar e contratar que impedirá o infrator de participar de licitação e contratar com a administração:

I - por até 01 (um) ano, caso o infrator:

a) deixar de entregar a documentação exigida neste Processo de Dispensa;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do certame sem motivo justificado;

II - por até 02 (dois) anos, caso o infrator:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o mesmo ou durante a execução do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro

BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3175 - 0677 – compraslicitacaocmb@gmail.com



III - por até 03 (três) anos, caso o infrator:

- a) não celebrar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) der causa à inexecução total do Contrato;
- c) fraudar o Processo de Dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato.
- d) de Declaração de Inidoneidade de contratar com a Administração Pública, será aplicada por prazo não superior a 6 (seis) anos, nas seguintes hipóteses:

I - por período de 3 (três) a 4 (quatro) anos, no caso de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste Processo de Dispensa;

II - por período de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, nos casos de:

- a) fraudar o Processo de Dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato.
- b) cometer fraude de qualquer natureza.

III - por período de 5 (cinco) a 6 (seis) anos, nos casos de:

- a) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/13;
- b) dar causa à inexecução total do Contrato, por ato doloso que cause lesão ao erário.

8.3 Será considerada falta grave e caracterizada como falha em sua execução, o não recolhimento das contribuições sociais da Previdência Social, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a Administração, nos termos da Lei 14.133/2021.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 O procedimento será divulgado no site oficial da Câmara Municipal de Bambuí, no endereço eletrônico www.camarabambui.mg.gov.br, e no Quadro de Avisos deste Poder Legislativo.

9.2 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1 republicar o presente Aviso com uma nova data;

9.2.2 valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1 no caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3 fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3 As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.4 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro

BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3175 - 0677 – compraslicitacaocmb@gmail.com



9.5 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento observarão o horário de Brasília-DF.

9.7 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11 Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Aviso, será competente o juízo da Comarca de Bambuí/MG.

9.12 Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente aviso deverão ser objeto de consulta, por escrito, ao Agente da Contratação na Câmara Municipal de Bambuí/MG, por e-mail compraslicitacaocmb@gmail.com.

9.13 Os casos omissos serão resolvidos pelo Agente de Contratação.

9.14 Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

ANEXO III – Documento de Formalização de Proposta.

Bambuí, 22 de abril de 2026.

GUILHERME GASPAR BOTREL TEIXEIRA

Agente de Contratação



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro

BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3175 - 0677 – compraslicitacaocmb@gmail.com

CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ/MG
FLS. _____
ASS. _____
PROC. _____/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa para o fornecimento de copos descartáveis de água mineral para a Câmara Municipal de Bambuí-MG.

ITEM	PRODUTO	QUANTIDADE ESTIMADA
01	Copo descartável de água mineral com capacidade de 200ml.	1500

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1 **DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:** A contratação de empresa para o fornecimento de copos descartáveis para água mineral justifica-se pela necessidade de garantir condições adequadas de atendimento dos usuários da Câmara Municipal de Bambuí/MG. Os referidos materiais são indispensáveis para atender vereadores, servidores e visitantes durante a realização de reuniões ordinárias, sessões solenes, bem como nas oficinas e reuniões do Parlamento Jovem, assegurando o fornecimento de água de forma prática e segura. Além disso, a disponibilização de copos descartáveis contribui para a manutenção da limpeza dos ambientes e para a eficiência na prestação dos serviços institucionais, sendo, portanto, medida necessária ao pleno funcionamento das atividades legislativas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A contratação se dará na modalidade **CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com fulcro no art. 75, II da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

O critério de julgamento será de menor preço, conforme inciso I, art. 33, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, considerando-se o **MENOR PREÇO POR ITEM**, devido à natureza do objeto.

Essa solução é a mais adequada, pois apresenta vantagens como agilidade e celeridade no processo, uma vez que dispensa a burocracia de uma licitação formal, permitindo atendimento rápido a necessidades urgentes deste Poder Legislativo. Além disso, assegura a aquisição de bens pelo melhor custo-benefício, promovendo a economicidade e eficiência no uso dos recursos públicos. A simplificação do processo reduz custos administrativos e facilita a contratação, sem comprometer os princípios de legalidade e transparência, desde que observados os requisitos legais.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Conforme Documento de Formalização de Demanda (DFD), além dos requisitos constantes neste Termo de Referência:

4.1.1. A empresa vencedora deverá apresentar toda a documentação necessária à habilitação, conforme Resolução nº 010/2024-CMB.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

5.1 Os bens se classificam como comuns, uma vez que possuem uma especificação clara e padronizada no mercado, podendo ser adquiridos por valores previamente conhecidos e sem a



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro

BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3175 - 0677 – compraslicitacaocmb@gmail.com



necessidade de características especiais ou técnicas que exijam maior personalização. Esses bens são amplamente disponíveis e podem ser fornecidos por diversos fornecedores, com preços geralmente bem definidos, o que facilita a comparação entre as ofertas.

6. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

6.1. O orçamento estimado da contratação será divulgado após o julgamento das propostas de preços, visando estimular a competitividade e viabilizar a negociação de maneira mais natural, em consonância com o interesse público.

6.1.1. Nesse sentido já se manifestou o TCU:

“No caso, a Administração **não divulgou a planilha e contratou com preços inferiores em 50% a esta**”. (Fonte: TCU. Processo nº 500.117/96-9. Decisão nº 097/1997- Plenário)”
(grifo nosso)

7. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 As despesas decorrentes desta contratação correrão pelas dotações orçamentárias nº:

Órgão:	01	Legislativo
Unidade:	01.01	Gabinete e Secretaria do Presidente
Subunidade:	01.01.20	Secretaria da Câmara
Função Programática	01.122.0101.2003	Manutenção Secretaria de Assessoria Jurídica
Elemento da Despesa	3.3.90.30.00	Material de Consumo

Bambuí, 22 de abril de 2026.

LUCIANO CARDOSO GONTIJO

Presidente

Câmara Municipal de Bambuí



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG
CNPJ: 00.259.997/0001-07
Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro
BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000
Fone (37) 3175 - 0672 – compraslicitacaocmb@gmail.com

CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ-MG
FLS. _____
ASS. _____
PROC. _____/2026

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N° ____/2026

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° ____/2026

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG, inscrita no CNPJ sob o nº 00.259.997/0001-07, localizada à Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370, Centro, CEP 38900-000, na cidade de Bambuí – MG, neste ato representada por seu Excelentíssimo Senhor Presidente Vereador Luciano Cardoso Gontijo, brasileiro, casado, CPF 025.029.726-47.

CONTRATADO (A): _____, localizado (a) _____, cadastrado (a) no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada por _____, portador do CPF _____

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertados o presente Contrato para fornecimento de _____, conforme Cláusula 1ª – DO OBJETO.

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de _____.

CLÁUSULA 2ª - DOS PREÇOS E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Dos preços:

2.1.1 A Contratante pagará ao (à) Contratada o valor de R\$ _____ (_____) pelo fornecimento que é objeto deste Contrato.

OBJETO	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
		R\$	R\$
		TOTAL ANUAL	R\$

2.2. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.2.1 As notas fiscais deverão ser emitidas a favor da Câmara Municipal de Bambuí/MG, no primeiro dia subsequente ao fornecimento dos itens que são objeto deste Contrato e o pagamento deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias, após a entrega da Nota Fiscal.

2.2.2 As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas ao emitente, e seu vencimento ocorrerá 05 (cinco) dias após a data de sua reapresentação.

2.2.3. A liquidação da despesa deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro

BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3175 - 0672 – compraslicitacaocmb@gmail.com



2.2.3.1. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, suspenderá os prazos de liquidação.

2.2.4 O pagamento das notas fiscais seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, cabendo à Contratada manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

CLÁUSULA 3ª - DA DOTAÇÃO

3.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária no orçamento vigente, sendo:

CLÁUSULA 4ª - DA VIGÊNCIA

4.1. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, encerrando-se em __/__/____, podendo ser rescindido ou prorrogado a critério das partes.

4.2. A prorrogação do prazo contratual poderá ocorrer, a critério do Contratante, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 5ª - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

5.1. O (A) Contratado (a) fica obrigado (a) a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o que preceitua o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que o total do contrato mais o aditivo não ultrapasse o limite estabelecido no inciso II do art. 75 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA 6ª - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

6.1. A Contratante se obriga a:

- a) Proporcionar ao (à) Contratado (a) todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato, consoante o que estabelece a Lei nº 14.133/2021.
- b) Fiscalizar e acompanhar o recebimento dos produtos.
- c) Indicar o responsável pela fiscalização e recebimento dos produtos.
- d) Comunicar ao (a) CONTRATADO (A) toda e qualquer ocorrência relacionada com o fornecimento dos itens, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.
- e) Providenciar os pagamentos ao (à) CONTRATADO (A) à vista das Notas Fiscais devidamente atestadas, nos prazos fixados.



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG
CNPJ: 00.259.997/0001-07
Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro
BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000
Fone (37) 3175 - 0672 – compraslicitacaocmb@gmail.com



CLÁUSULA 7ª - DAS RESPONSABILIDADES DO (A) CONTRATADO (A)

7.1 Promover o fornecimento, responsabilizando-se pela qualidade dos produtos.

7.2 Substituir o objeto que não se adequar às especificações deste Contrato.

7.3 Responder pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do produto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela **CONTRATANTE**.

7.4 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**.

7.5 Manter durante o período de execução do objeto, as condições de regularidade junto ao FGTS, INSS, e às Fazendas Federal, Estadual, e Municipal, bem como as condições de qualificação exigidas neste Processo de Dispensa de Licitação.

7.6 Apresentar em tempo hábil as certidões negativas solicitadas pela Contratante.

7.7 A execução contratual dar-se-á através do fornecimento, na forma a seguir:

- a) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo (a) fiscal do contrato, os produtos fornecidos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- b) A empresa contratada emitirá nota fiscal dos itens que são o objeto desta contratação, com base nos produtos fornecidos, a qual deverá conter todas as informações pertinentes.

CLÁUSULA 8ª - DA EXTINÇÃO

8.1. O instrumento contratual, firmado em decorrência de dispensa de licitação, poderá ser extinto de conformidade com o disposto no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 9ª - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização do recebimento dos produtos, objeto deste Contrato, será exercida por um representante da Contratante.



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro

BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3175 - 0672 – compraslicitacaocmb@gmail.com



9.2. A fiscalização de que trata o item anterior não exclui, nem reduz a responsabilidade do (a) Contratado (a), inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou em decorrência de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, inexistindo em qualquer circunstância, a corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, conforme prevê o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

9.3. A Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os produtos, se considerados em desacordo com os termos do presente Contrato.

CLÁUSULA 10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Incorre em infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

I - dar causa à inexecução parcial do Contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida neste Processo de Dispensa;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

X - considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta Dispensa;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

XIII - propor recursos manifestamente protelatórios desta Dispensa;

XIV - deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

XV - deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;

XVI - permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;

XVII - deixar de devolver eventuais valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;

XVIII - utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro

BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3175 - 0672 – compraslicitacaocmb@gmail.com



XIX - tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;

XX - deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

XXI - entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidades contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

XXII - ofender agentes públicos no exercício de suas funções;

XXIII - induzir a Administração em erro;

XXIV - apresentar proposta inexequível com finalidade de tumultuar o procedimento;

XXV - deixar de demonstrar exequibilidade da proposta quando exigida pela administração;

XXVI - subcontratar serviço em contrato em que não há essa possibilidade;

XXVII - deixar de aceitar as supressões e acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) em relação aos contratos.

10.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) de advertência que consiste em comunicação formal ao infrator do descumprimento de uma obrigação do edital, da Ata de Registros de Preços ou da inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) de multa, o infrator que, injustificadamente, descumprir a legislação, cláusulas do edital ou cláusulas contratuais, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor de referência do certame ou do contrato nos termos estabelecidos nos respectivos instrumentos, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:

I - multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 10% (dez por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

II - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação do certame ou do valor da contratação direta em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

III - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 8.1, subitens I, IV, V, XIII, XIV e XV, deste Aviso;

IV - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 8.1, subitens XVI, XVII, XVIII, XX, XXI, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXXI, XXXIII, XXXVIII e XXXIX deste Aviso;

V - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 8.1, subitens II, III, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XXIX, XXX, XXXIV e XXXV deste Aviso;

VI - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 8.1, subitens XIX, XXII, XVIII, XXXII, XXXVI, XXXVII e XL, deste Aviso;

VII - multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à administração, superiores aos contratados.

c) de impedimento de licitar e contratar que impedirá o infrator de participar de licitação e contratar com a administração:

I - por até 01 (um) ano, caso o infrator:

a) deixar de entregar a documentação exigida neste Processo de Dispensa;



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro

BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3175 - 0672 – compraslicitacaocmb@gmail.com



b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do certame sem motivo justificado;

II - por até 02 (dois) anos, caso o infrator:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o mesmo ou durante a execução do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - por até 03 (três) anos, caso o infrator:

a) não celebrar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

b) der causa à inexecução total do Contrato;

c) fraudar o Processo de Dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato.

d) de Declaração de Inidoneidade de contratar com a Administração Pública, será aplicada por prazo não superior a 6 (seis) anos, nas seguintes hipóteses:

I - por período de 3 (três) a 4 (quatro) anos, no caso de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste Processo de Dispensa;

II - por período de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, nos casos de:

a) fraudar o Processo de Dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato.

b) cometer fraude de qualquer natureza.

III - por período de 5 (cinco) a 6 (seis) anos, nos casos de:

a) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/13;

b) dar causa à inexecução total do Contrato, por ato doloso que cause lesão ao erário.

10.3 Será considerada falta grave e caracterizada como falha em sua execução, o não recolhimento das contribuições sociais da Previdência Social, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a Administração, nos termos da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA 11 – DOS CASOS OMISSOS

11.1. Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidos com base na Lei nº 14.133/2021, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

CLÁUSULA 12 – DOS REAJUSTES

12.1. Observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o valor do Contrato poderá ser corrigido monetariamente pelo INPC (IBGE) ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental, a contar da data do orçamento estimado ou do último reajuste.

12.2 A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação acumulada do INPC (IBGE) ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG
CNPJ: 00.259.997/0001-07
Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro
BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000
Fone (37) 3175 - 0672 – compraslicitacaocmb@gmail.com

CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ-MG
FLS. _____
ASS. _____
PROC. _____/2026

CLÁUSULA 13 – DA PUBLICAÇÃO

13.1. O extrato do presente contrato será publicado no órgão de divulgação oficial da Câmara Municipal de Bambuí-MG e no PNCP, conforme disposto no art. 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA 14 – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

14.1. A CONTRATADA observará o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso, para execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA 15 – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Bambuí/MG, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e também assinam.

Bambuí, _____ de _____ de 2026

CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ CONTRATANTE
CNPJ: 00.259.997/0001 – 07

(NOME DA EMPRESA)
CONTRATADA(O)
CNPJ: _____

TESTEMUNHAS:

NOME: _____
CPF: _____

NOME: _____
CPF: _____



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG
CNPJ: 00.259.997/0001-07
Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro
BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000
Fone (37) 3175 - 0672 – compraslicitacaocmb@gmail.com

CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ-MG
FLS. _____
ASS. _____
PROC. _____/2026

ANEXO III

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE PROPOSTA

PROPOSTA DE PREÇOS

A empresa _____ apresenta à Câmara Municipal de Bambuí/MG, inscrita sob o CNPJ nº 00.259.997/0001-07, proposta de preços cujo objeto é a contratação de empresa para o fornecimento de copos descartáveis de água mineral, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas na tabela abaixo, pelo valor de R\$ _____ (_____ reais).

Concordo que a Câmara Municipal de Bambuí/MG só realize o pagamento **após a entrega da mercadoria com a Nota Fiscal** na Câmara Municipal de Bambuí, localizada à Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370, Centro, Bambuí/MG.

Declaramos que no preço proposto, estão computados todos os custos necessários para o fornecimento dos itens, bem como todos os **TRIBUTOS, FRETES, SEGUROS, ENCARGOS TRABALHISTAS, COMERCIAIS** e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o presente objeto e que influenciam na formação dos preços desta proposta.

Tenho ciência de que a contratação seja efetuada com base no **MENOR PREÇO POR ITEM** e, dessa forma, o preço da proposta permanecerá inalterado.

Tenho ciência ainda de que serão deduzidos os impostos previstos em lei das empresas **não optantes pelo Simples Nacional**.

Estou ciente também das seguintes obrigações:

- CNPJ
- Regularidade junto ao fisco federal, estadual e municipal
- Regularidade do FGTS e trabalhista
- Não ser considerada inidônea ou ímproba
- Não estar suspensa ou proibida de contratar com o Poder Público.

O prazo de validade de nossa proposta é de _____ (_____ dias, contados da data de sua apresentação. (Prazo não inferior a 60 dias).

Informamos que o prazo para a entrega desta Proposta de Preços a esta Casa Legislativa é de até 3 (três) dias úteis contados a partir da data do seu envio por e-mail. Decorrido esse prazo, a utilização de eventual proposta apresentada fora do estabelecido, ficará a cargo da Administração, tendo em vista ou não a urgência da contratação.

ITEM	OBJETO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Copo descartável de água mineral com capacidade de 200ml.	1.500		

Empresa:



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro

BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3175 - 0672 – compraslicitacaocmb@gmail.com



CNPJ:

Endereço:

Telefone para contato:

Nome do responsável pela cotação:

E-mail da empresa:

Prazo de entrega:

Data:

Assinatura do responsável:

Bambuí, 22 de abril de 2026.

HAROLDO TEIXEIRA LOPES
Câmara Municipal de Bambuí